



POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

POL – 006
Data:24/01/2023
Revisão: 03
Classificação:
informação pública
Página 1 de 10

OBJETIVO

Os serviços disponíveis nesse site e no atendimento presencial ao cliente, são prestados pelo Registro de Imóveis e 1º Tabelionato de Notas de Caldas Novas, com a finalidade de garantir o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais dos usuários, em conformidade com os princípios e normas da Lei Geral de Proteção de Dados, a fim de proteger a privacidade e os direitos dos titulares de dados.

Esta Política de Privacidade se refere à maneira como o Registro de Imóveis e 1º Tabelionato de Notas de Caldas Novas trata os dados coletados durante a prestação de serviços designados pelo estado. Esses dados podem ser coletados por meio do nosso site, atendimentos presenciais ou outras formas de acesso aos nossos serviços. Ao fornecer seus dados pessoais, o usuário concorda com os termos descritos nesta Política.

Os dados coletados pela empresa serão usados exclusivamente para atender às necessidades dos usuários e cumprir as obrigações legais atribuídas a ela. A concordância com esta Política de Privacidade é fundamental para a utilização dos serviços disponíveis no site da empresa. Todos os dados tratados estarão protegidos de acordo com as políticas de segurança internas do Cartório e com as normas do Provimento CNJ nº 74/2018, Provimento 88/2019, Provimento 134/2022 e Lei nº 13.709/2018.

Por meio desta Política de Privacidade, a serventia informa ao público em geral a natureza, o escopo e a finalidade dos dados coletados, utilizados e processados. Além disso, os titulares dos dados são informados de seus direitos em relação aos dados pessoais coletados.

1 – IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DE TRATAMENTO E DO ENCARREGADO

Controlador

Leandro Félix de Sousa

Encarregado

Rondineru Gondim de Sousa

E-mail Encarregado

lgpd@cartorioleandrofelix.com.br

Telefone Encarregado

(64) 3453-1521

Temos o compromisso de integral proteção da vida privada e intimidade das partes que nos solicitam seus atos.

A **Lei nº 13.709/2018**, conhecida como LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, está atendida pelo Cartório Leandro Félix nos termos a seguir.



POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

POL – 006
Data: 24/01/2023
Revisão: 03
Classificação:
informação pública
Página 2 de 10

O Cartório de Registro de Imóveis e 1º Tabelionato de Notas de Caldas Novas-GO, realizará o tratamento de dados pessoais dos usuários, coletados durante a prestação de serviços designados pelo estado, através de atendimentos presenciais e digitais disponibilizados. Todos os nossos colaboradores são treinados para compreender a importância da privacidade e proteção.

O Cartório Leandro Félix exerce suas atividades notariais e registras na cidade de Caldas Novas-GO, sempre em busca de assegurar os negócios jurídicos, patrimoniais, com foco na garantia da segurança jurídica.

2 – DEFINIÇÕES

2.1. Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais; (LGPD Art. 5º, VI).

2.2. Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador; (LGPD Art. 5º, VII).

2.3. Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); (LDPD Art. 5º, VIII).

2.4. Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento; (LDPD Art. 5º, V).

2.4. Dados Pessoais: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável; (LGPD Art. 5º, I)

2.5. Dados Pessoais Sensíveis: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural; (LGPD Art. 5º, II).

3 – FINALIDADE DO TRATAMENTO

3.1. Finalidade: Realização de serviços de Registro de Imóveis e Tabelionato de Notas, garantindo a segurança jurídica e a prestação de serviços públicos com qualidade, no cumprimento das obrigações legais.



POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

POL – 006
Data: 24/01/2023
Revisão: 03
Classificação:
informação pública
Página 3 de 10

3.2. Resultados Pretendidos para os Titulares dos Dados Pessoais:

- Segurança legal: Os titulares dos dados pessoais terão seus registros de propriedade de imóveis, escrituras, certidões e outros atos jurídicos devidamente registrados e arquivados, proporcionando segurança e validade legal aos seus direitos e transações.
- Prova documental: Os registros realizados no cartório servem como prova documental de direitos e obrigações legais, fornecendo aos titulares dos dados a possibilidade de comprovar situações jurídicas relevantes em futuras negociações, processos judiciais ou outras demandas legais.
- Autenticação e reconhecimento: O cartório fornece serviços de autenticação e reconhecimento de assinaturas, permitindo que os titulares dos dados pessoais tenham seus documentos legalmente reconhecidos, o que facilita a realização de transações comerciais, jurídicas e administrativas.

3.3. Benefícios Esperados para a Serventia e para a Sociedade:

- Manutenção de registros públicos: O tratamento de dados pessoais pelo cartório contribui para a manutenção de registros públicos confiáveis, acessíveis e atualizados, garantindo a preservação de informações relevantes para a sociedade como um todo.
- Segurança jurídica: A realização de serviços de Registro de Imóveis e Tabelionato de Notas com conformidade legal promove a segurança jurídica nas transações imobiliárias e atos jurídicos, protegendo os interesses de todas as partes envolvidas e prevenindo litígios e conflitos.
- Facilidade e agilidade nos processos: A disponibilidade dos registros e informações precisas nos sistemas do cartório agiliza a realização de consultas, pesquisas e emissão de certidões, proporcionando maior eficiência e comodidade para os titulares dos dados pessoais e demais usuários dos serviços do cartório.

4 – BASE LEGAL

4.1. A hipótese legal para tratamento de dados pessoais é o art. 7º, II da LGPD: “para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador” e demais legislações pertinentes ao cartório.

4.2. São consideradas também as hipóteses legais presentes no art. 7º, V e VI da LGPD: “V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados; e “VI -



POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

POL – 006
Data: 24/01/2023
Revisão: 03
Classificação:
informação pública
Página 4 de 10

para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem).”

5 – UTILIZAÇÃO DE DADOS COM BASE NO ART. 23º, I, DA LGPD:

- **Processo: Cadastro**

Dados Pessoais Tratados: Nome completo, Estado civil, Profissão, Data de Nascimento, Capacidade Civil, Naturalidade, Nacionalidade, Naturalização, CPF, Carteira de Habilitação, Cédula de identidade, Sexo, Filiação, Endereço, Email, Telefone, Nome do Cônjuge, sua filiação e CPF, Dados de casamento/União Estável, Dados do óbito, Nome dos Filhos.

Finalidade para o tratamento de Dados Pessoais: Os Dados serão utilizados para realização dos atos notariais e registrais dos usuários, assim como para caso seja necessário entrar em contato para tratar de eventuais pendências de documentações, de pagamentos ou de informações.

Dados Sensíveis: Coleta de Biometria digital e foto da parte. Conforme art. 473, do Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial;

Origem do Dado Pessoal: A coleta dos dados é feita pelos atendentes mediante a solicitação de serviços realizada pelos usuários

Hipótese de tratamento dos Dados Pessoais: Obrigação Legal

Dados de menor de idade: Sim

Tempo de Armazenamento do Dado Pessoal: Os cadastros que possuem Cartão de Assinatura, os Cartões são armazenados físico/digital permanentemente na serventia. Os cadastros são armazenados no sistema permanentemente, nos termos da lei 6.015/73 dos registros públicos.

- **Processo: Registrais**

Dados Pessoais Tratados: Nome completo, Estado civil, Profissão, Data de Nascimento, Capacidade Civil, Naturalidade, Nacionalidade, Naturalização, CPF, Carteira de Habilitação, Cédula de identidade, Sexo, Filiação, Endereço, Email, Telefone, Nome do Cônjuge, sua filiação e CPF, Dados de casamento/União Estável, Dados do óbito, Nome dos Filhos. Entre os diversos tipos de serviços registrais, poderão conter outros Dados Pessoais solicitados de acordo com o tipo de serviço a ser realizado.

Finalidade para o tratamento de Dados Pessoais: Os Dados serão utilizados para Cadastro informático do sistema do registro; e para a execução Prestação do Serviço Público



POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

POL – 006
Data: 24/01/2023
Revisão: 03
Classificação:
informação pública
Página 5 de 10

Dados Sensíveis: Alteração de sexo e nome conforme art. 792, §5º do Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial; Coleta de Biometria digital e foto da parte. Conforme art. 473, do Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial de 2021;

Origem do Dado Pessoal: A coleta dos dados é realizada pelos atendentes mediante o ingresso do título, bem como documentos entregues por solicitação do conferente (digital ou físico), sendo esses atos praticados no âmbito da serventia

Hipótese de tratamento dos Dados Pessoais: Obrigação Legal

Dados de menor de idade: Sim

Tempo de Armazenamento do Dado Pessoal: Os documentos referentes as transações imobiliárias serão armazenadas nos livros e fichas da serventia permanentemente, nos termos da lei 6.015/73 dos registros públicos.

- **Processo: Notariais**

Dados Pessoais Tratados: Nome completo; Estado civil; Profissão; Data de Nascimento; Capacidade Civil; Naturalidade; Nacionalidade; Naturalização; CPF; Carteira de Habilitação; Cédula de identidade; Sexo; Filiação; Endereço; Email; Telefone; Nome do Cônjuge, sua filiação e CPF; Dados de casamento/União Estável; Dados do óbito; Nome dos Filhos, Certidão de Nascimento; Certidão de Casamento; Comprovante de Endereço; Certidão de quitação de IPTU; Nada consta de Condomínio; Pacto Antenupcial; Certidão Negativa de débitos trabalhistas, federais, estaduais; se necessário: Certidão negativa do IBAMA, Certidão Negativa do SEMAD, Certidão de matrícula ou transcrição atualizada do imóvel, CCIR, ITR e Certidão Negativa do ITR, ITCMD, Cadastro Ambiental Rural, Alvará Judicial; , Certidão de inteiro teor do imóvel, documento do veículo, Indisponibilidade de Bens; Entre os diversos tipos de serviços notariais, poderão conter outros Dados Pessoais solicitados de acordo com o tipo de serviço a ser realizado.

Finalidade para o tratamento de Dados Pessoais: Lavratura de Atos que haja transferência de titularidade de bens móveis, imóveis e/ou semoventes; Lavraturas de atos outorgando poderes para representação; Pedido de Certidão de Atos lavrados; Reconhecimento de firma em que o Tabelião e/ou preposto ateste a assinatura da parte no documento apresentado; Autenticação de documentos.

Dados Sensíveis: Coleta de Biometria digital e foto da parte. Conforme art. 473, do Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial de 2021;

Origem do Dado Pessoal: Os dados são coletados pelos atendentes após pesquisa dos bens móveis, imóveis e semoventes. O usuário informa todos os dados necessários para realização da lavratura.

Além dos dados mencionados, o Oficial poderá solicitar por escrito, a identificação do solicitante em caso de Certidões.

Hipótese de tratamento dos Dados Pessoais: Obrigação Legal



POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

POL – 006
Data: 24/01/2023
Revisão: 03
Classificação:
informação pública
Página 6 de 10

Dados de menor de idade: Sim

Tempo de Armazenamento do Dado Pessoal: Os documentos referentes as transações imobiliárias serão armazenadas nos livros e fichas da serventia permanentemente, nos termos da lei 6.015/73 dos registros públicos.

- **Processo:** Realização de estorno/reembolsos

Dados Pessoais Tratados: Nome completo do cliente; Número de inscrição no CPF ou no CNPJ; Endereço residencial ou comercial; Telefone de contato; E-mail; Dados bancários para realização do estorno/reembolso, como banco, agência, conta corrente ou poupança, CPF ou CNPJ do titular da conta; informações sobre o serviço que gerou a necessidade de estorno/reembolso; número do pedido, dados do serviço, valor.

Finalidade para o tratamento de Dados Pessoais: Realizar a devolução de valores do protocolo

Dados Sensíveis: Não

Origem do Dado Pessoal: A coleta dos dados é realizada pelos atendentes ao finalizar e entregar o título, sendo esse ato praticado no âmbito da serventia

Hipótese de tratamento dos Dados Pessoais: Obrigação Legal

Dados de menor de idade: Sim

Tempo de Armazenamento do Dado Pessoal: Os documentos físicos serão armazenados durante 5 anos, enquanto os arquivos digitais permanecerão por tempo indeterminado.

- **Processo:** Contato no Sítio Eletrônico

Dados Pessoais Tratados: Nome Completo, Email; Telefone; Protocolo e Senha; CPF; podendo conter nos documentos enviados na função “Anexo”;

Finalidade para o tratamento de Dados Pessoais: Os Dados serão utilizados para agendamento e atendimento ao Cliente, assim como recebimento de Denúncias e Solicitações da LGPD

Dados Sensíveis: Não

Origem do Dado Pessoal: A coleta dos dados é realizada através do preenchimento do cliente nos formulários presentes no Site



POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

POL – 006
Data:24/01/2023
Revisão: 03
Classificação:
informação pública
Página 7 de 10

Hipótese de tratamento dos Dados Pessoais: Consentimento

Dados de menor de idade: Sim

Tempo de Armazenamento do Dado Pessoal: Os dados serão armazenados de acordo com o tipo de ação realizada no site, através dos E-mails de atendimento. Os dados ligados a Denúncias e solicitações serão armazenados permanentemente.

6 – FORMA DE COLETA

A fonte de dados utilizada para coleta dos dados pessoais é o próprio cliente e usuário solicitante de um dos serviços, podendo ser também fornecidos por representantes legais ou documentos oficiais apresentados.

7 – COMPARTILHAMENTO

7.1. No cumprimento de nossas responsabilidades e obrigações legais, garantindo a segurança jurídica e a prestação serviços públicos com qualidade, sempre prevenindo crimes, juntamente com o Sistema da Empresa TRI7 realizamos a transferência de Dados Pessoais para os órgãos competentes, em conformidade com o Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial, as legislações tributárias estabelecidas, e Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

7.2. Os Dados são compartilhados com os órgãos competentes com o objetivo de cumprir com as responsabilidades e obrigações legais estabelecidas, sendo eles: E-notariado (CCN) e outras modalidades; Tribunal de Justiça (Órgãos Judiciais); DOI – Receita Federal do Brasil; COAF; CNIB; SAEC; INCRA; IBGE; Censec; Prefeitura; CENAD; CARVEN; Internet Banking - Banco SICOOB.

8 – MEDIDAS DE SEGURANÇA

8.1. As medidas de segurança atualmente adotadas são: Antivírus BitDefender; Controlador de domínios no Windows; Usuário, senhas e sistemas com acesso biométrico; Backup Duplicati; Virtualização de Máquinas; Acesso restrito autorizado pela Diretoria, ou de acordo com as permissões no Soap Admin (acesso biométrico); Política Da Segurança De



POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

POL – 006
Data: 24/01/2023
Revisão: 03
Classificação:
informação pública
Página 8 de 10

Informação; Política de Privacidade; Política de uso e controle de acesso; Política de Tela Limpa e Mesa Limpa; Política de Controle Criptográfico; Política de Proteção de Dados; Política de Segurança para Fornecedores; Política de Uso de Dispositivos Móveis.

8.2. O cartório está constantemente buscando avanços relevantes em tecnologia e segurança para a proteção dos dados pessoais. Isso pode incluir a adoção de sistemas de armazenamento digital seguro, práticas atualizadas de segurança da informação, criptografia de dados, políticas de acesso restrito e treinamento dos colaboradores para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais tratados.

8.3. São adotadas medidas para garantir a qualidade dos dados, como a implementação de processos de: atualização de dados, garantindo a precisão das informações; verificação e validação de informações, a fim de garantir sua qualidade e precisão; armazenamento seguro, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e protegendo-os contra acessos não autorizados, perda, destruição ou alteração indevida; retenção adequada dos dados, levando em consideração as obrigações legais, regulatórias e as finalidades específicas do tratamento; treinamento e conscientização dos colaboradores, reduzindo o risco de tratamento indevido ou excessivo de informações e assegurando a conformidade com a LGPD e demais regulamentações aplicáveis.

8.4. A minimização dos dados é assegurada por meio da coleta apenas dos dados estritamente necessários para a realização das finalidades do tratamento, evitando a coleta excessiva ou desnecessária de Dados pessoais.

9 – PERÍODO DE RETENÇÃO

Os dados pessoais serão mantidos pelo período necessário para cumprir obrigações legais e regulatórias, assim como para a preservação de registros públicos. O tempo de retenção pode variar dependendo da natureza dos serviços e das exigências legais aplicáveis.

10 – DIREITO DOS TITULARES

O cartório implementa medidas técnicas e organizacionais para garantir que os titulares dos dados pessoais possam exercer seus direitos, conforme previsto no art. 18º da LGPD

- São estabelecidos Canais de Comunicação Acessíveis aos titulares para que possam exercer seus direitos de maneira simples e eficiente, sendo prontamente atendidos, sejam em solicitações, retificações ou exclusões de seus dados. O Canal de



POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

POL – 006
Data: 24/01/2023
Revisão: 03
Classificação:
informação pública
Página 9 de 10

Solicitações da Lei Geral de Proteção de Dados se encontra no link: [LGPD | Cartório Leandro Felix \(cartorioleandrofelix.com.br/lgpd\)](https://cartorioleandrofelix.com.br/lgpd) e o Canal de Denúncias se encontra no link: [Canal de Denúncia | Cartório Leandro Felix \(cartorioleandrofelix.com.br/denuncia\)](https://cartorioleandrofelix.com.br/denuncia).

- Quando solicitado pelo titular do dado pessoal, o encarregado fornecerá as informações e responderá as solicitações por meio de E-mail ou sob forma impressa, de acordo com a solicitação do referido titular.
- Para proteger a privacidade e a segurança dos titulares, implementamos processos de verificação de identidade para garantir que as solicitações sejam feitas pelo próprio titular dos dados. Esses processos podem envolver a solicitação de documentos comprobatórios e verificação de informações cadastrais.
- Estabelecemos prazos para responder às solicitações dos titulares de dados pessoais, conforme estipulado pela LGPD. Esses prazos variam de acordo com o tipo de solicitação, mas em geral, são estabelecidos para garantir que as respostas sejam fornecidas de forma oportuna, permitindo que os titulares exerçam seus direitos de maneira efetiva.
- Mantemos os registros das solicitações recebidas e das ações realizadas em resposta a essas solicitações. Esse registro permite rastrear e documentar o processo de atendimento aos direitos dos titulares, demonstrando o cumprimento das obrigações legais e a transparência no tratamento dos dados pessoais.
- Através da presente Política de Privacidade a serventia disponibiliza informações claras e acessíveis sobre o tratamento de dados pessoais, incluindo as finalidades, bases legais, direitos dos titulares e práticas de privacidade adotadas.
- Grande parte dos dados pessoais informados ao cartório não podem ser excluídos devido a razões legais, necessidades de preservação de registros públicos, e interesse público e direitos de terceiros, visando a responsabilidade em manter e registrar informações que têm relevância jurídica e administrativa. Caso você solicite, os dados possíveis de eliminação serão apenas alguns de referência cadastral, com uso de métodos de descarte seguro.
- Os indivíduos possuem direitos garantidos pela Lei Nº 13.709/2018, como acesso aos dados, correção de informações incorretas e possibilidade de solicitar a exclusão dos dados em determinadas circunstâncias.

11 – DA ACEITAÇÃO E CONSENTIMENTO

11.1. Leia atentamente esta Política, pois, ao usar os Sites, sistemas e ferramentas eletrônicas, você reconhece, compreende e concorda com os termos desta Política.



POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

POL – 006
Data:24/01/2023
Revisão: 03
Classificação:
informação pública
Página 10 de 10

11.2. O **Registro de Imóveis e 1º Tabelionato de Notas de Caldas Novas**, possui controle interno acerca do acesso às suas informações através de controles de acesso por biometria, todos os procedimentos executados por nossos colaboradores são documentados e estes recebem periodicamente treinamentos técnicos e comportamentais a fim de fomentar o correto uso de todas as ferramentas colocadas à sua disposição para execução das atividades delegadas. Para denúncias de violação da Políticas de Privacidade, envie e-mail para lgpd@cartorioleandrofelix.com.br.

11.3. Sem prejuízo aos direitos legais, a Serventia se reserva o direito de alterar esta Política de Privacidade de modo a refletir avanços tecnológicos, mudanças na legislação ou normas regulatórias e boas práticas. Por este motivo, estará sempre disponível para consultas.

12 – APROVAÇÃO

ENCARREGADO	CONTROLADOR
<hr/> <p>Rondineru Gondim de Sousa Caldas Novas, 24 de janeiro de 2023</p>	<hr/> <p>Leandro Félix de Sousa Caldas Novas, 24 de janeiro de 2023</p>